



# CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

**Concurso Público – Edital N. 001 / 2014**

**Cargo: PROCURADOR JURÍDICO**

## INSTRUÇÕES

- Nesta prova, você encontrará:  
03 (três) questões de Português;  
02 (duas) questões de Conhecimentos Gerais;  
35 (trinta e cinco) questões de Conhecimentos Específicos.
- Você está recebendo um **Caderno** com um total de 40 questões do tipo múltipla escolha, uma **Folha Intermediária de Respostas** e um **Cartão-Resposta**.
- Leia atentamente todas as questões e assinale a alternativa que julgar correta ou mais adequada. Lembre-se de que, para cada questão, existe apenas uma alternativa **correta**.
- Utilize a **Folha Intermediária de Respostas** para registrar as alternativas escolhidas. Essa folha ficará em seu poder para conferência com o gabarito a ser publicado.
- Depois de preencher a **Folha Intermediária de Respostas**, transcreva as alternativas escolhidas para o **Cartão-Resposta**, preenchendo, **forte e completamente, a bolha** com caneta esferográfica azul-escura ou preta. Não faça outro tipo de marca na bolha nem utilize outro tipo de caneta.
- No **Caderno de Questões**, você poderá fazer as anotações que julgar necessárias.
- O **Cartão-Resposta** e o **Caderno de Questões** serão devolvidos ao fiscal.
- Assine e date, no verso, o **Cartão-Resposta**.
- Você não poderá sair da sala de prova antes de transcorrida 1 (uma) hora.
- Os três últimos candidatos permanecerão na sala até o término das provas.
- Duração da Prova: 3h30min.

### INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

MARQUE ASSIM: 

NUNCA MARQUE ASSIM: 

**AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**

Nome Legível do Candidato

Assinatura do Candidato

Massaranduba, 21 de dezembro de 2014.

## QUESTÕES DE PORTUGUÊS

As questões 1, 2 e 3 referem-se ao texto abaixo. Leia-o atentamente.

### PROCESSO DA CORRUPÇÃO

Dístico

Como um cirurgião que retalha a escarpelo  
Um ventre escultural, lácteo, gentil e belo,  
    Como quem fura um odre\*...  
Assim, Mundo, também – peito imoral e amado –  
Corpo todo de azul e de lama estrelado,  
Eu te hei de retalhar nos teus milhões deitado,  
    Carça linda e podre!

(Antônio Duarte Gomes Leal – 1848-1921)

\*odre: espécie de saco feito de pele, usado para transporte de líquidos; pele.

1- Considere as afirmativas:

- I- O poeta (o “eu” que escreve) se compara a um cirurgião que utiliza um instrumento cortante.
- II- O poeta rompe com as convenções e com a beleza aparente, a fim de examinar o mundo em profundidade.
- III- Os principais verbos empregados pelo poeta indicam que ele é um ser contemplativo, apático e sem livre-arbítrio.
- IV- Na primeira linha do texto, “como” é uma conjunção subordinativa comparativa. Na terceira linha, “como” é conjunção causal.
- V- Ocorre crase facultativa no seguinte trecho: “que retalha a escarpelo”.
- VI- No trecho “Eu te hei de retalhar” ocorre próclise.
- VII- Gomes Leal revela indignação diante do estado de putrefação e decadência do mundo.
- VIII- Estes versos têm como característica mover um combate à corrupção.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas a respeito do texto lido é:

- (A) Apenas II, III, IV e VII.
- (B) Apenas I, II, VI, VII e VIII.
- (C) Apenas I, II, V, VI e VIII.
- (D) Apenas II, III, V e VI.
- (E) Apenas IV, V e VIII.

2- Tendo como base o texto lido, escreva V ou F (verdadeiro ou falso) diante de cada afirmativa:

- ( ) “Hei”, na linha 6, indica apelo, pedido, chamamento.
- ( ) “Hei”, na linha 6, é um verbo auxiliar, conjugado no tempo presente do modo indicativo.
- ( ) Na linha 4, as vírgulas separam o vocativo, e o aposto se destaca por pausas indicadas pelos travessões.
- ( ) Nas linhas 4, 5 e 7, o poeta utiliza vocábulos de sentido contrário.
- ( ) O poeta amplia o efeito expressivo do texto ao utilizar elementos de comparação e palavras de sentido figurado.
- ( ) Há um erro de concordância nominal na linha 6 do texto.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, F, F, V, V.
- (B) F, F, F, V, V, F.
- (C) F, V, V, V, V, F.
- (D) V, F, V, F, V, F.
- (E) F, V, F, V, F, V.

3- Passando para o plural o período

“Eu te hei de retalhar nos teus milhões deitado”, temos:

- (A) Nós vos havemos de retalhar nos vossos milhões deitados.
- (B) Eles te hão de retalhar nos teus milhões deitados.
- (C) Nós vos haveis de retalhar nos nossos milhões deitados.
- (D) Nós nos haveríamos de retalhar nos nossos milhões deitados.
- (E) Vós havíeis de vos retalhar deitados nos vossos milhões.

## QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS

4- Analise as afirmativas a seguir:

- I- Massaranduba já teve nome de governador – Adolfo Konder.
- II- Massarandubense é o gentílico do cidadão de Massaranduba.
- III- O município de Massaranduba está localizado na Mesorregião do Norte Catarinense.
- IV- Massaranduba é conhecida como a “A pequena Varsóvia”.
- V- Os eslavos orientais foram os primeiros imigrantes a chegarem à região de Massaranduba, por volta de 1850.

Assinale a alternativa que apresenta o número de afirmativas corretas:

- (A) Duas.
- (B) Cinco.
- (C) Três.
- (D) Uma.
- (E) Quatro.

5- Leia as seguintes informações:

- I- Em março deste ano, o árbitro Márcio Chagas da Silva foi xingado de macaco por torcedores do Esportivo contra o Veranópolis, em Bento Gonçalves (RS), pelo Campeonato Gaúcho. Torcedores deixaram bananas no seu carro, que também foi danificado. (Folha, 28/8/2014)
- II- Claudineia Gomes, cobradora de ônibus, foi chamada de “preta safada” e “negra ordinária” por uma passageira do ônibus em que trabalhava em Taguatinga, no Distrito Federal, em fevereiro deste ano. (G1, 12/9/2014)
- III- Em setembro deste ano, o Grupo de Trabalho das Organizações das Nações Unidas sobre Afrodescendentes publicou um relatório apontando que, no Brasil, o racismo é “estrutural e institucional”. Para a organização, nosso país viveria em uma “falsa democracia racial”, que nega a existência do racismo devido à miscigenação entre diferentes povos e raças. (Uol, 10/10/2014)

Acerca dessa temática, assinale as afirmativas verdadeiras com V e as falsas com F:

- ( ) Os negros representam 79% da população brasileira.
- ( ) O desemprego entre negros é maior do que na população branca.
- ( ) A expectativa de vida dos afrodescendentes é seis anos maior do que a da população branca.
- ( ) A eleição do corrente ano foi a primeira em que os candidatos a cargos federais e estaduais tiveram que declarar raça e cor, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- ( ) Benedita da Silva, reeleita deputada carioca para a próxima legislatura, integra, por exemplo, os 26% de mulheres negras na Câmara em 2015.

Assinale a sequência correta:

- (A) V, V, V, F, V.
- (B) F, V, F, V, F.
- (C) F, F, F, V, V.
- (D) V, F, V, F, V.
- (E) F, V, V, V, F.

## QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

6- De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, o Presidente da Mesa Diretora é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações internas e externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as suas atividades. Assinale a alternativa que se refere a uma competência privativa do Presidente:

- (A) Cientificar os vereadores de convocação das reuniões ordinárias, extraordinárias, itinerantes e das sessões solenes.
- (B) Declarar válidos os projetos, mesmo diante de aprovação de outro, com o mesmo conteúdo e objetivo.
- (C) Aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial.
- (D) Dar conhecimento à Câmara dos ofícios do Poder Executivo, bem como de outros documentos e expedientes que devam ser lidos em reunião.
- (E) Receber e encaminhar expedientes, correspondências, representações, petições e memoriais dirigidos à Câmara Municipal.

7- As comissões legislativas são órgãos técnicos, constituídos pelos membros da Câmara Municipal, em caráter permanente ou temporário.

A respeito das comissões legislativas, assinale a alternativa correta:

- (A) O Presidente da Mesa Diretora integra toda e qualquer Comissão Legislativa.
- (B) As Comissões Legislativas são presididas pelo vereador com mais tempo de casa.
- (C) O Vereador que se desvincular de sua bancada não perde, para efeitos regimentais, o direito a funções nas comissões para as quais tenha sido indicado pela liderança.
- (D) As comissões são destinadas a proceder a estudos, emitir pareceres especializados e realizar investigações sobre fatos determinados ou à representação da Câmara Municipal.
- (E) O recesso da Câmara de Vereadores não interrompe os prazos a serem observados nas e pelas comissões legislativas.

8- À luz do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal, assinale a alternativa correta:

- (A) Medida provisória diz respeito aos prazos do processo legislativo ordinário, em virtude de interesse público relevante, para que determinada proposição seja logo considerada até sua decisão final.
- (B) Emendas são proposições apresentadas por Vereadores, por Comissão ou pela Mesa, que visam a alterar o projeto ao qual se referem.
- (C) Requerimento é todo pedido feito por Vereador ou Comissão ao Presidente da Câmara Municipal, sobre determinado assunto, desde que escrito em formulário específico.
- (D) Aparte é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário acerca das proposições a serem votadas.
- (E) Discussão é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação sobre o assunto tratado.

9- Considerando que servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, analise as afirmativas a respeito de cargos públicos:

- I- Os cargos públicos são criados por lei em número certo, com denominação, descrições, atribuições e vencimentos próprios, pagos pelo erário, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- II- Cargos efetivos são os de provimento em caráter permanente.
- III- O servidor, ocupante de cargo efetivo, que exercer função gratificada além dos subsídios do cargo receberá cumulativamente a função gratificada.
- IV- Os cargos públicos têm seus vencimentos definidos pela Secretária Municipal de Administração.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) I, II, III e IV.

10- Leia e complete as lacunas:

\_\_\_\_\_ é o ato pelo qual o nomeado é investido no cargo público ou em função gratificada e manifesta, pessoal e expressamente, a sua vontade de aceitar a nomeação e iniciar o exercício das respectivas funções.

\_\_\_\_\_ é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou da função pública.

Assinale a alternativa que completa, na ordem, as lacunas:

- (A) Atividade - Posse.
- (B) Carreira - Função.
- (C) Posse - Exercício.
- (D) Quadro - Classe.
- (E) Nomeação - Lotação.

11- Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação periódica, para o desempenho do cargo.

Em relação ao estágio probatório, assinale a alternativa correta:

- (A) A duração do estágio probatório é de 48 meses.
- (B) A avaliação do estágio probatório inclui os aspectos de assiduidade, eficiência, responsabilidade e disciplina somente.
- (C) As avaliações durante o estágio probatório são bimestrais.
- (D) A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória sendo condição para a aquisição da estabilidade.
- (E) Quando o resultado da avaliação especial for negativo, o servidor será exonerado ao término do estágio probatório.

- 12-** Considerando o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere à Organização dos Poderes, é correto afirmar:
- (A) O Poder Legislativo da União é composto por representantes dos Estados e do Povo, sendo escolhidos pelo sistema proporcional e majoritário respectivamente.
  - (B) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por Lei, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
  - (C) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por Lei Complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
  - (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros. As comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria relativa de seus membros.
  - (E) Cada território elegerá 5 (cinco) deputados.
- 13-** Quanto à Ação Direita de Inconstitucionalidade e à Ação Declaratória de Constitucionalidade, é correto afirmar:
- (A) A Ação Direita de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade, quando propostas pela Ordem dos Advogados do Brasil, prescindem de procuração.
  - (B) Na Ação Direita de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, é admitida a intervenção de terceiros, bem como a figura do *amicus curiae*.
  - (C) Na Ação Direita de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, proposta a ação direta, não se admitirá desistência.
  - (D) Na Ação Direita de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, a petição inicial liminar e monocraticamente indeferida desavia recurso ordinário constitucional.
  - (E) As ações previstas na Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, podem ser propostas por todos os partidos políticos indiscriminadamente.
- 14-** Acerca da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, é correto afirmar:
- (A) Mesmo havendo outros meios de sanar a lesividade, será admitida a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
  - (B) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será admitida quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
  - (C) Os efeitos da liminar concedida monocraticamente em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental passam a ter eficácia após *referendum* do Tribunal Pleno.
  - (D) A decisão em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental somente será tomada se presente na sessão, pelo menos, a maioria absoluta dos membros do Tribunal.
  - (E) De acordo com a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, cabe ação rescisória do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- 15-** Acerca do pregão, é correto afirmar:
- (A) A especificação do objeto licitado poderá ser indicada por ocasião da adjudicação.
  - (B) Segundo dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a equipe de apoio que realiza os pregões no órgão deve ser composta prioritariamente por servidores ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração.
  - (C) Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
  - (D) No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio serão desempenhadas exclusivamente por militares da ativa.
  - (E) O critério de julgamento do pregão pode ser menor preço ou menor preço e melhor técnica, conforme objeto licitado.
- 16-** Com relação ao Pregão, é correto afirmar:
- (A) É vedada a utilização do sistema de registro de preço para as compras e contratações de bens e serviços na modalidade de pregão.
  - (B) O prazo de validade das propostas será de 120 dias.
  - (C) O critério de julgamento é necessariamente o de melhor técnica.
  - (D) As fases do procedimento licitatório são idênticas às fases do procedimento da concorrência pública.
  - (E) Quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.

- 17-** Acerca da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do procedimento licitatório, é correto afirmar:
- (A) Em nenhuma hipótese, é possível a inversão da ordem das fases da licitação.
  - (B) A modalidade de licitação de concorrência pública utilizará necessariamente o tipo de licitação técnica e preço.
  - (C) A publicação do certame, na tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”, terá trinta dias como prazo mínimo até o recebimento da proposta.
  - (D) O edital de licitação prescinde de publicação nos diários oficiais dos órgãos licitantes.
  - (E) O edital do concurso deve ser publicado, ao menos, 120 dias da concorrência.
- 18-** Em relação aos contratos administrativos, é correto afirmar:
- (A) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
  - (B) São cláusulas necessárias aos contratos administrativos o objeto e seus elementos característicos, o preço e as condições de pagamento; o regime de execução, entretanto, pode ser estabelecido em ato separado.
  - (C) Não haverá substituição da garantia.
  - (D) Como os casos de rescisão contratual derivam da Lei, não é necessária sua especificação no contrato.
  - (E) Por decorrer de norma expressa, o contrato administrativo prescinde da indicação do foro da sede do órgão como competente para dirimir qualquer questão contratual.
- 19-** Quanto à prestação de serviços públicos, é correto afirmar:
- (A) Em nenhuma hipótese, o serviço público será delegado à pessoa física.
  - (B) A fiscalização da execução do serviço público prestado indiretamente pelo Estado será feita nos estritos termos contratuais, de modo que a ausência de previsão contratual macula o ato de fiscalização de vício.
  - (C) O julgamento das licitações referentes à concessão de serviço público observará os mesmos critérios da Lei 8.666/93.
  - (D) Não é possível a inversão da ordem das fases da licitação relativa à concessão de serviço público.
  - (E) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- 20-** Com relação aos bens públicos do município de Massaranduba, é correto afirmar:
- (A) A desafetação dos bens públicos municipais pode ser feita por Lei ou por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.
  - (B) Não há previsão de patrimônio cultural na Lei Municipal nº 12.826, de 2011.
  - (C) O poder público municipal não poderá ser sujeito ativo de ação de usucapião.
  - (D) Segundo a Lei Municipal nº 12.826, de 2011, as áreas doadas por terceiros ao patrimônio municipal não poderão ter alterada sua destinação, desde que com finalidade específica.
  - (E) A aquisição de bem imóvel, a título oneroso, independe de autorização legislativa.
- 21-** Em referência à organização jurídica do município de Massaranduba, é correto afirmar:
- (A) Não é possível a utilização dos bens públicos por terceiros, por expressa disposição legal.
  - (B) Os bens dominicais do município são afetados.
  - (C) Independe, em qualquer caso, de autorização legislativa a concessão de uso de bem público municipal; é exigível, entretanto, a licitação.
  - (D) A concessão de direito real de uso, contrato de transferência remunerada ou gratuita de imóvel público a particular, como direito real resolúvel, poderá ser efetivada para a industrialização do município.
  - (E) O contrato de concessão de uso de bem público é intransferível em qualquer caso.
- 22-** Em relação à Lei Orgânica do Município de Massaranduba, é correto afirmar:
- (A) A Lei Orgânica do Município de Massaranduba foi aprovada por maioria simples de votos.
  - (B) A Lei Orgânica Municipal prevê a existência de 13 (treze) vereadores.
  - (C) A Lei orgânica Municipal será votada em dois turnos de votação com interstício mínimo de 15 (quinze) dias.
  - (D) A Lei Orgânica do Município de Massaranduba será votada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
  - (E) Há previsão expressa de vedação ao nepotismo na Lei Orgânica do Município de Massaranduba.
- 23-** Em relação à possibilidade de Veto no município de Massaranduba, é correto afirmar:
- (A) O veto somente poderá ser rejeitado por dois terços dos Vereadores, em votação nominal.
  - (B) O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, em votação nominal.
  - (C) O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, em votação secreta.
  - (D) O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria relativa dos Vereadores, em votação secreta.
  - (E) O veto somente poderá ser rejeitado por três quintos dos Vereadores, em votação nominal.

- 24-** Sobre a Câmara de Vereadores do município de Massaranduba, é correto afirmar:
- (A) A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente em Sessão Legislativa Anual, de 15 de fevereiro a 15 de dezembro.
  - (B) A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente em Sessão Legislativa Anual, de 1º de fevereiro a 22 de dezembro.
  - (C) A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente em Sessão Legislativa Anual, de 1º de fevereiro a 15 de dezembro.
  - (D) A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente em Sessão Legislativa Anual, de 18 de fevereiro a 15 de dezembro.
  - (E) A Câmara Municipal reunir-se-á, ordinariamente em Sessão Legislativa Anual, de 1º de fevereiro a 31 de dezembro.
- 25-** Considerando as normas relativas à execução fiscal, assinale a alternativa correta:
- (A) A exemplo do que ocorre com a disciplina dos embargos do devedor na execução por quantia certa contra devedor solvente, a penhora é requisito somente para a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução fiscal, e não para a sua admissibilidade.
  - (B) Os embargos devem ser opostos no prazo de 30 dias contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia ou da intimação da penhora, não sendo admitidos embargos sem a garantia do juízo.
  - (C) Os embargos devem ser opostos no prazo de 15 dias contados da garantia do juízo, que poderá se dar, por exemplo, pela penhora, mas também por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.
  - (D) A garantia da execução pode se dar por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária. Entretanto, não será considerada garantida a execução por meio de seguro garantia, situação na qual não serão produzidos os mesmos efeitos da penhora.
  - (E) Os embargos devem ser opostos no prazo de 30 dias contados da intimação do depósito, da penhora ou da prestação de seguro garantia.
- 26-** Sobre a concessão de cautelares contra atos do Poder Público, assinale a alternativa correta:
- (A) Será obrigatória, nos casos em que for cabível medida liminar contra o Poder Público, a comunicação ao dirigente do órgão ou da entidade, sendo desnecessária, contudo, a intimação do representante judicial da Fazenda Pública.
  - (B) Somente o Ministério Público possui legitimidade para requerer a suspensão da execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
  - (C) Da decisão do Presidente do Tribunal competente para conhecer do recurso, que conceder ou negar o pedido de suspensão da liminar caberá agravo, no prazo de 10 dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.
  - (D) A suspensão da execução da liminar, deferida pelo Presidente do Tribunal competente para conhecer do respectivo recurso vigorará até a data da sentença que julgar o mérito da ação principal
  - (E) Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.
- 27-** Sobre a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:
- (A) A exemplo do que ocorre com as sentenças que condenam a Fazenda Pública ao pagamento de quantia, as decisões judiciais contrárias à Fazenda Pública somente são exigíveis após a sua confirmação pelo Tribunal ao qual o respectivo juízo monocrático é vinculado.
  - (B) As decisões judiciais que antecipam tutela contra a Fazenda Pública devem se submeter ao regime dos precatórios, ainda que veiculem obrigações de fazer ou de não fazer.
  - (C) A tutela antecipada pode ser concedida liminarmente, ou seja, mesmo sem a oitiva da parte contrária, mesmo nos casos de liminares de manutenção ou reintegração de posse contra pessoas jurídicas de direito público sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
  - (D) As situações nas quais a Lei impede a concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública devem ser interpretadas restritivamente, não abrangendo, por exemplo, as verbas previdenciárias.
  - (E) A exigibilidade do crédito tributário não pode ser suspensa mediante a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
- 28-** Considerando a prescrição da pretensão à reparação civil contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:
- (A) O prazo prescricional, nesse caso, é regulado pelo Código Civil, que estabelece prazo de 3 anos.
  - (B) Em que pese a pretensão da parte autora esteja prescrita, o juiz não poderia extinguir o processo diante do princípio da moralidade administrativa.
  - (C) Inexistindo regra específica para o caso, o prazo prescricional aplicável é de 10 anos.
  - (D) O prazo prescricional é, atualmente, de 20 anos, pois está previsto no Código Civil revogado que continua em vigor somente nesse particular.
  - (E) O prazo prescricional aplicável é de 5 anos.

**29-** Analise o seguinte excerto doutrinário, referente ao mandado de segurança: “Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança” (MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de Segurança, Ação Popular, Mandado de Injunção, “Habeas Data”**. 12. ed. São Paulo: R. dos Tribunais, 1989.)

Assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança:

- (A) O prazo decadencial de 120 dias para a impetração de mandado de segurança é considerado inconstitucional por consistir em uma limitação injustificada ao exercício do direito de ação, previsto expressamente na Constituição Federal.
- (B) Para que o impetrante obtenha a segurança pleiteada não basta a alegação de violação de seu direito líquido certo, sendo necessário que, desde logo, apresente prova documental do seu direito, já que, no mandado de segurança, não se admite dilação probatória.
- (C) A sentença ou o acórdão que denegar o pedido no mandado de segurança individual, ainda que não decida o mérito, por força da coisa julgada, impede que o impetrante pleiteie os seus direitos por ação própria.
- (D) Contra a sentença que indefere a petição inicial, ou que concede ou denega a segurança, caberá recurso de apelação. Entretanto, contra a decisão do juiz de primeiro grau que analisar a liminar não será cabível agravo por instrumento, já que toda a matéria deverá ser apreciada somente em sede de apelação, o que inclui a liminar e seus efeitos.
- (E) Os efeitos da medida liminar persistirão até a prolação da sentença, ainda que a liminar tenha sido revogada anteriormente pelo juiz de primeira instância.

**30-** Analise a seguinte situação hipotética: O Prefeito do Município de Recanto dos Ausentes, no interior do estado, há sete meses do final do seu mandato, contraiu dívidas, em nome do Município, no montante de R\$ 139.677,76, sem disponibilidade financeira, assim como determinou a execução de despesas liquidadas e não empenhadas, no montante de R\$ 177.631,79, não inscritas sob a rubrica “restos a pagar”, que deveriam ser pagas em dez prestações mensais.

Por tal motivo, o Ministério Público estadual propôs Ação Civil Pública contra o agora ex-Prefeito, sustentando que este agiu mediante dolo, uma vez que detinha conhecimento e domínio do fato ilícito que praticara, contraindo despesas sabendo que elas não seriam adimplidas integralmente até o término de seu mandato, deixando restos a pagar ao seu sucessor, quando, ao revés, o Município de Recanto dos Ausentes não possuía reserva orçamentária para saldar suas dívidas. (Fonte: Adaptada de [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br).)

Considerando a situação hipotética descrita, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa correta:

- (A) A conduta do ex-Prefeito violou a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois esta veda a assunção de obrigações de despesa, nos últimos oito meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele.
- (B) A conduta do ex-Prefeito violou a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois esta veda a assunção de obrigações de despesa, nos últimos doze meses de mandato, que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele.
- (C) O Ministério Público Estadual não possui legitimidade para fiscalizar o cumprimento das normas referentes à responsabilidade fiscal do ex-Prefeito.
- (D) Encerrado o mandato, o ex-Prefeito não mais responde pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal durante o seu exercício.
- (E) A conduta do ex-Prefeito não violaria a Lei de Responsabilidade Fiscal se a assunção dessas obrigações tivesse ocorrido a título de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária para atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.

**31-** Referente à fiscalização do cumprimento das normas de responsabilidade fiscal dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) Essa fiscalização é exercida de forma exclusiva pelo Poder Legislativo municipal, diretamente.
- (B) Essa fiscalização é exercida apenas pelo Poder Legislativo municipal e pelo Ministério Público.
- (C) Os Tribunais de Contas somente poderão fiscalizar o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, devendo alertar o Prefeito municipal quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.
- (D) A fiscalização sobre a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais, é de atribuição exclusiva do Poder Legislativo municipal.
- (E) Essa fiscalização é exercida pelo Poder Legislativo municipal, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e também pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

**32-** Assinale a alternativa correta:

É nulo de pleno direito o ato do Prefeito municipal que provoque aumento da despesa com pessoal:

- (A) Desacompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.
- (B) Sem a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (C) Quando determinar a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, desacompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor, bem como da demonstração da origem dos recursos para seu custeio.
- (D) Quando atender ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- (E) Quando resultar em aumento da despesa com pessoal expedido anteriormente ao final do seu mandato.

**33-** “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar” (Parágrafo 1º do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Considerando as normas alusivas à responsabilidade fiscal, assinale a alternativa correta:

- (A) Essas normas obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) Em relação à União, essas normas não obrigam o Poder Judiciário e o Ministério Público, pois o primeiro presta tutela jurisdicional, enquanto que este último possui apenas função fiscalizadora.
- (C) Em relação aos Municípios, essas normas obrigam as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias e fundações municipais, excluídas apenas as empresas estatais dependentes.
- (D) Em relação aos Estados, essas normas não obrigam o Poder Judiciário e o Ministério Público, pois o primeiro presta tutela jurisdicional, enquanto que este último possui apenas função fiscalizadora.
- (E) Essas normas obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de duzentos mil habitantes, pois o princípio da eficiência da administração pública determina que Municípios com menos habitantes do que o referido limite não devem sofrer as limitações impostas por tais normas.

**34-** Considerando as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos Municípios, assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei do Orçamento será integrada pelo sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo, pelo quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas e pelo quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação, sendo que a exposição do quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração é opcional.
- (B) Não existe exigência legal no sentido de que a Lei do Orçamento seja integrada pelo quadro discriminativo da receita por fontes, pois a formação de tal quadro é de atribuição exclusiva da Administração Pública direta.
- (C) A Lei do Orçamento será acompanhada dos quadros demonstrativos da receita, mas não necessariamente dos planos de aplicação dos fundos especiais, que são de criação e fiscalização exclusiva das Secretarias da Fazenda.
- (D) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, com exceção das de operações de crédito que tenham sido autorizadas por Lei municipal aprovada no exercício anterior.
- (E) A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

**35-** Sobre a forma de fiscalização das ações e das contas dos Municípios brasileiros, assinale a alternativa correta:

- (A) O controle externo da administração municipal é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, a pedido da Câmara de Vereadores, que fará essa requisição conforme os critérios da conveniência e oportunidade.
- (B) O controle externo da administração municipal é realizado pela Câmara de Vereadores, auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município ou dos Conselhos de Contas dos Municípios, onde houver.
- (C) O controle externo da administração municipal é realizado pelo Ministério Público, mediante autorização da Câmara de Vereadores.
- (D) O controle externo da administração municipal é realizado pela Câmara de Vereadores, auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Município ou dos Conselhos de Contas dos Municípios. O Poder Legislativo municipal poderá, mediante os critérios de conveniência e oportunidade, propor a criação de Tribunal de Contas municipal para auxiliá-lo no controle externo da administração municipal.
- (E) Em que pese qualquer contribuinte possa questionar a legitimidade das contas municipais, nos termos da Lei, essas contas somente poderão ser acessadas mediante requerimento fundamentado formulado à presidência da Câmara de Vereadores respectiva, que poderá ou não deferir esse pedido.

**36-** Sob pano de fundo de fomento à cultura da transparência na Administração Pública e concretização do direito fundamental de acesso à informação, foi promulgada, recentemente, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, nominada Lei de Acesso à Informação (LAI). A referida lei regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e o § 2º do art. 216, da Constituição Federal, garantindo ao cidadão o exercício do direito de acesso à informação de interesse coletivo ou geral, que tem como contrapartida o dever do Estado em proporcionar os meios de acesso e, em última instância, a própria informação. A medida legislativa inaugura novo modelo regulatório, que favorece a consolidação do regime democrático, a maior participação popular e o aprimoramento dos instrumentos de controle da gestão pública. Pretende-se vencer a cultura do sigilo, mediante a divulgação das informações de caráter público que estão sob a guarda e gestão de órgãos e entidades governamentais. O acesso é a regra, e o sigilo, a exceção. (ARAÚJO, Flaviane Ribeiro de. **Lei de Acesso à Informação coloca sigilo como exceção**. Disponível em: <www.conjur.com.br>.)

Considerando a narrativa exposta e as normas que regulam o acesso à informação prestada pelos órgãos públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) As entidades privadas sem fins lucrativos não se submetem ao dever de prestar informações acerca dos recursos públicos que receberam para realização de ações de interesse público, mediante subvenções sociais ou contrato de gestão.
- (B) O direito fundamental de acesso à informação é irrestrito e ilimitado, abrangendo todas as áreas do interesse público a cargo da administração em respeito ao princípio da publicidade.
- (C) As normas que regulam o acesso à informação são aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas tão somente em relação à administração direta.
- (D) O acesso à informação deve ser pautado pela observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, pela utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, com exceção da internet, e pela divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- (E) As informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, a exemplo daquelas que podem oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País, podem ser classificadas como de acesso restrito por determinado período de tempo.

**37-** Em relação à posse, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se possuidor de boa-fé aquele que ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (B) Considera-se possuidor de boa-fé aquele que se mantiver na posse da coisa durante o período necessário à usucapião ordinária.
- (C) É considerado possuidor apenas aquele que ostenta título de domínio da coisa possuída.
- (D) Possuidor de boa-fé é todo aquele que ostenta justo título.
- (E) O proprietário será considerado possuidor de boa-fé quando obtiver a coisa sem violência ou não possuí-la de modo clandestino.

**38-** Analise a seguinte ementa: “1 - O fato de o imóvel conter alguma irregularidade no seu parcelamento irregular não se traduz em óbice para, por si só, à aquisição do domínio do imóvel pela usucapião, quando integrados os pressupostos previstos em lei para autorizar o êxito da ação proposta por quem detém a posse *animus domini* do bem por prazo excedente ao legal. Entendimento contrário implicaria em se acrescentar um novo requisito para a configuração da usucapião, requisito esse não contemplado pelos comandos normativos que tratam do instituto. 2 - Integrados todos os requisitos que viabilizam a aquisição da propriedade pela usucapião, a declaração do domínio do bem em favor de quem detém-lhe a posse mansa, pacífica e ininterrupta por tempo hábil à aquisição desse domínio, é solução que, além de tudo, prestigia o princípio da função social da propriedade.” (TJSC, Apelação Cível n. 2012.042457-5, de Camboriú, rel. Des. Trindade dos Santos, j. 21-02-2013).

Considerando o julgado acima exposto e a disciplina da usucapião, assinale a alternativa correta:

- (A) Em relação aos bens públicos, os bens dominicais estão sujeitos à usucapião, ao contrário dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, cuja propriedade não pode ser adquirida pela prescrição aquisitiva.
- (B) A sentença de procedência da ação de usucapião, que possui natureza declaratória, não serve de título para registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) Para a contagem do prazo da prescrição aquisitiva, é admitido que o possuidor acrescenta à sua posse a dos seus antecessores, desde que sejam contínuas e pacíficas, no caso da usucapião extraordinária.
- (D) O justo título não influencia o prazo para consumação da prescrição aquisitiva em nenhuma modalidade de usucapião.
- (E) Ainda que seja proprietário de outro imóvel, o ex-cônjuge ou ex-companheiro que tenha exercido, por 2 anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> cuja propriedade divida com ex-consorte que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirirá a propriedade por usucapião.

**39-** Sobre a Fazenda Pública em juízo, assinale a alternativa correta:

- (A) Na execução contra a Fazenda Pública, esta será citada para, no prazo de 30 dias, pagar a dívida ou opor embargos.
- (B) Admite-se a execução contra a Fazenda Pública com base em título executivo extrajudicial ou judicial.
- (C) Na execução contra a Fazenda Pública, o prazo para esta opor embargos é de 10 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
- (D) A Fazenda Pública possui 120 dias de prazo para contestar ação que tramita pelo rito ordinário e 4 anos de prazo para propor ação rescisória.
- (E) Não existem exceções à ordem cronológica de pagamento dos precatórios na execução contra a Fazenda Pública.

**40-** Sobre os atos processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) Em ação que verse sobre direitos disponíveis, o acordo formulado entre as partes gera seus efeitos imediatamente após ser homologado pelo juiz por sentença.
- (B) Nas ações de estado, a citação será feita pelo correio nas localidades atendidas pela entrega domiciliar de correspondência.
- (C) Se o réu comparecer, mediante advogado constituído nos autos, tão somente para alegar a nulidade da citação e sendo esta alegação acolhida e a nulidade declarada, será considerada feita a citação na data em que o seu advogado for intimado da decisão que anulou a citação.
- (D) São requisitos da citação por edital, entre outros, a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre vinte e quarenta dias, a partir da data da primeira publicação.
- (E) Para a determinação do termo inicial da contagem de prazo processual, se a citação for feita por edital, o prazo para a prática do ato processual começará a partir da última publicação do edital em jornal de grande circulação.

Rascunho



# CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Concurso Público – Edital N. 001 / 2014

## **FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS**

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

### INFORMAÇÕES

O Gabarito e o Caderno de Questões serão divulgados a partir das 14h do dia 21 de dezembro de 2014, no site [www.furb.br/concursoexterno](http://www.furb.br/concursoexterno).

Massaranduba, 21 de dezembro de 2014.